

INVESTIMENTO SÓCIOAMBIENTAL DE BANCOS BRASILEIROS

Iara Regina dos Santos Parisotto¹, Maria Tereza Saraiva de Souza²

Artigo recebido 20/10/2011. Aprovado em 03/02/2012.

RESUMO

O objetivo geral deste trabalho foi o de analisar os investimentos destinados pelo setor bancário brasileiro em projetos socioambientais, divulgados em seus respectivos balanços sociais e em seus relatórios de sustentabilidade, no período de 2007 a 2009, em relação ao valor adicionado, à receita operacional líquida e ao lucro líquido. A amostra selecionada foi uma população de 136 bancos do Sistema Financeiro Nacional. As faixas foram estabelecidas de acordo com o tamanho dos bancos, utilizando-se o critério de Ativo Total. A pesquisa é de natureza descritiva e quantitativa, utilizando procedimento documental. Os resultados mostram que todas as instituições diminuíram o lucro líquido (LL) em relação à Receita Operacional Líquida (ROL), com exceção de uma instituição bancária. Ao se compararem os investimentos sociais internos, externos e de meio ambiente, em relação ao LL, observou-se que, apesar de todos os bancos terem aumentado os seus investimentos sociais internos, na relação com LL, apenas dois deles aumentaram; quanto aos investimentos sociais externos também aumentaram em dois bancos, porém na relação com o LL, esse percentual é consideravelmente menor. Os únicos aumentos nos investimentos do meio ambiente, ocorreram em uma instituição que teve o mesmo aumento com relação do LL. O VAL dos cinco maiores bancos brasileiros também apresentou aumento, sendo o maior, em todos os casos, o do governo. Por outro lado, quem teve a maior redução foram os colaboradores.

Palavras-chave: Balanço social. Indicadores socioambientais. Relatórios de sustentabilidade. Setor bancário brasileiro.

Artigo publicado anteriormente no XII ENGEMA.

1 Doutoranda pelo Programa de Mestrado e Doutorado em Administração – PMDA da Universidade Nove de Julho- Uninove. Professora titular da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB. Bolsista do Edital 05/2008 – PROPEX FURB. Mestre em Ciências Contábeis pela FURB/BLUMENAU

2 Doutora em Administração pela EAESP/FGV, Professora de Gestão Ambiental e Organização Sustentável do Programa de Mestrado e Doutorado em Administração – PMDA da Universidade Nove de Julho – Uninove.

Esta obra está licenciada sob uma Licença *Creative Commons Attribution 3.0*.

SOCIOENVIRONMENTAL INVESTMENT OF BRASILIAN BANKS

ABSTRACT

The aim of this study was to analyze the investments in social and environmental actions by the Brazilian banking sector, as disclosed in their annual social and sustainability report referring to the period between 2007 and 2009, relating to added value, net operating income and net income. The sample comprises a population of 136 banks, in the National Financial System. The ranges were established according to the size of the banks, through the criterion of Total Assets. The research is descriptive and quantitative, using documentary procedure.eywords: Sustainability Reports. Social Report. Socio-environmental indicators. Brazilian banking sector. The analysis shows that all institutions have decreased net income (LL) in relation to Net Operating Income (NOI), except for on bank. When comparing the social investments internal, external and environment, compared to LL, it was observed that, despite all the banks have increased their domestic social investment in relation to LL only two of them increased, the social investment foreign banks increased by two, but in relation to LL, this percentage is considerably lower. The only increases in investments in the environment occurred in one institution that had the same increase over the LL.

1 INTRODUÇÃO

Em 1970, com a publicação do artigo, “The social responsibility of business is to increase its profits”, de Milton Friedman, no New York Times, foram levantadas discussões sobre as responsabilidades das corporações, tais como se as firmas não teriam outras responsabilidades sociais, além de gerar lucros aos acionistas e de pagar impostos. Ao cumprirem tal função, respeitando os limites da ética empresarial e seguindo as determinações legais, as empresas já estariam cumprindo o seu papel social (FRIEDMAN, 1970). Ventura (2005) conclui que, dessas discussões, emerge o pensamento de que as empresas deveriam responder a obrigações mais amplas do que a de, simplesmente, gerar lucro para seus acionistas.

Para Carrol (1979), a responsabilidade social das empresas abrange as expectativas econômicas, legais, éticas e discricionárias que a sociedade têm de organizações, em um determinado momento no tempo. Já Wood (1991) diferencia três princípios de responsabilidade social que operam em níveis diferentes: o princípio da legitimidade, que funciona em nível institucional; o da responsabilidade pública, no nível organizacional e o princípio da discricionariedade administrativa, no nível individual.

McWilliams e Siegel (2001) definem RSC como um conjunto de atitudes que provocam benefícios sociais no futuro e que não devem estar pautadas, simplesmente, no atendimento aos aspectos legais. Para o Instituto Ethos (2010, p.11),

Responsabilidade Social Empresarial (RSE) é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

Por outro lado, “Sustentabilidade Empresarial consiste em assegurar o sucesso do negócio em longo prazo e, ao mesmo tempo, contribuir para o desenvolvimento econômico e social da comunidade, um meio ambiente saudável e uma sociedade estável” (ETHOS, 2010, p.16). Assim, Orellano e Quiota (2011) mencionam que a pergunta que se faz é se a responsabilidade socioambiental das empresas é sustentável no longo prazo.

Freeman (1994) alegou que o desempenho social é necessário para alcançar legitimidade empresarial e sugeriu, após uma investigação sobre a responsabilidade social e sobre o desempenho financeiro, que havia uma correlação positiva entre os dois, a longo

prazo. Desempenho Social Empresarial é uma forma de tornar aplicável a RSE e colocá-la em prática (MARON, 2006).

Wood (2010) prefere tratar da Performance Social Corporativa (PSC) referindo-se aos danos e aos benefícios que resultam das interações de uma organização com seu ambiente maior, incluindo o social, o cultural, o legal e as dimensões políticas, econômicas e naturais. Assim, a base moral implícita da PSC é que as empresas devem trabalhar para aumentar os benefícios e reduzir ou eliminar os danos resultantes de suas atividades, sob o risco de, ao não se adaptarem devidamente ao seu ambiente, perderem acesso a recursos críticos, verem desafiados seus direitos de gerir os processos internos, podendo, inclusive, serem derrubadas por agentes externos ou perderem a legitimidade e, portanto, o direito de existirem.

Os programas de responsabilidade social, a maioria deles definidos a nível mundial, são modelos criados com a finalidade de dar a melhor resposta para a questão da responsabilidade social corporativa, e o Balanço Social (BS) é a melhor forma de comunicar a existência desses programas (DONALDSON, 2005).

O BS é entendido como um conjunto de informações que tem, como objetivo, divulgar o desempenho econômico e financeiro das empresas e a sua atuação em benefício da sociedade. A publicação de balanços sociais teve início no final da década de 1960, na Europa e nos Estados Unidos, como instrumento de transparência corporativa. A partir da década de 1970, alguns países europeus, tais como Portugal, Bélgica e França adotaram leis que tornaram obrigatória sua publicação.

Segundo Oliveira (2005), as denominações mais frequentes empregadas como sinônimos de BS são: relatório socioambiental, relatório de responsabilidade corporativa e relatório de sustentabilidade. O BS pode ser publicado junto com o relatório anual da administração, acompanhado das demonstrações financeiras, assim como pode ser uma publicação separada.

Em 1997, o sociólogo, Herbert de Souza, criou o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e lançou uma campanha pela publicação de BS, iniciativa pioneira no país. Entre os modelos de relatórios socioambientais mais utilizados pelas organizações estão: o do próprio IBASE, que é um modelo simplificado para divulgar resultados, e de fácil compreensão e de acompanhamento pelo público interessado; o do *Global Reporting Initiative* (GRI), ligado à Organização das Nações Unidas (ONU) e a organizações não-governamentais internacionais, tendo como objetivo estabelecer um padrão internacional **com**

base no *Triple Bottom Line*, que considera os aspectos econômicos, sociais e ambientais, e o do Instituto Ethos, que é uma adaptação do GRI, e que propõe uma abordagem mais descritiva e analítica desses três indicadores.

O BS é o resultado da evolução das demonstrações financeiras apresentadas pelas empresas, passando a encampar um conjunto de informações prestadas à sociedade sobre a relação da empresa. No quesito ambiental, o BS evidencia o que a empresa investe, voluntária ou obrigatoriamente, para prevenir ou remediar efeitos de sua ação, quais as metas de controle de poluição deve cumprir, quais as restrições que possui para operar, qual o balanço físico de entrada e de saída de matéria, quais as responsabilidades por futura reparação e por contingências relativas a possíveis passivos ou a perdas de ativos (MARTINS, 1997).

As instituições financeiras não podem deixar de considerar que, nos últimos anos, o intenso debate em torno da questão socioambiental transformou os riscos para a sociedade em novas e promissoras oportunidades de negócios e de emprego (DEMAJOROVIC, 2003). Comparativamente ao das indústrias, o impacto ambiental causado pelas instituições financeiras é relativamente menor em relação ao gasto de energia em suas instalações, ao consumo de combustíveis, aos insumos utilizados e à geração de resíduos, ou seja, em suas atividades diretas. Contudo, há um aspecto que se deve ressaltar no que refere a sua participação indireta nos impactos ambientais quando se é verificado que, em decorrência de empréstimos concedidos pelas instituições financeiras às empresas, redundou em impacto ambiental.

Nos últimos anos, este cenário tem-se alterado não só pelo aspecto regulatório, mas também pelas iniciativas no sentido de coibir os financiamentos de projetos que possam vir a gerar impactos ambientais, tais como a iniciativa do Banco Mundial que, com a adesão das maiores instituições financeiras do mundo, elaboraram os Princípios do Equador, que obrigam os bancos signatários a exigirem uma análise do impacto ambiental nos projetos financiados com valores superiores a US\$ 10 milhões, além do Protocolo Verde (BRASIL, 2009), do Programa das Nações Unidas para Instituições Financeiras e do Guia de Ecoeficiência para as instituições financeiras (CLACDS, 1999).

O setor bancário é considerado um setor essencial na economia dos países, pois depende dele, principalmente, o financiamento de projetos empresariais com menores riscos ambientais nesta concessão de crédito. Os bancos desempenham um papel importante no desenvolvimento econômico e social em todo o mundo, pois, pela lucratividade do segmento,

podem direcionar somas significativas para projetos sociais e ambientais, concorrendo para a solução de problemas sociais, além de exercerem um papel relevante como intermediário das relações financeiras entre os diversos agentes econômicos, em ambiente nacional e internacional (COSTA FILHO, 2002; LEITE FILHO; FIGUEIREDO, 2009).

O Relatório de Sustentabilidade é um demonstrativo que visa à apresentação de informações acerca da interação da empresa com o meio em que está inserida. A sua elaboração e a sua publicação não são obrigatórias, mas é notavelmente crescente a adesão à metodologia da GRI. Tal como demonstrações contábeis, que seguem princípios e convenções para a sua elaboração, os relatórios de sustentabilidade devem também ser elaborados sob a luz de princípios, tais como transparência, inclusão, veracidade, abrangência, relevância, contexto de sustentabilidade, exatidão, neutralidade, comparabilidade, clareza e periodicidade (GRI, 2011). Aparentemente, há uma explícita e crescente preocupação de várias empresas, dos mais variados setores, em tornar visíveis conteúdos que relatem suas ações socioambientais (MOURA; DIAS FILHO, 2009). Wood (2010) sugere que a teoria da legitimidade é particularmente útil para explicar qualquer tipo de divulgação. A abordagem desta teoria espelha uma nova sociologia institucional, cuja preocupação consiste na legitimação externa das organizações; esta teoria é utilizada para fundamentar teoricamente estudos, no âmbito do *disclosure* socioambiental (FARIAS, 2008).

Esse estudo parte do pressuposto de que as instituições financeiras utilizam o relatório de sustentabilidade para tornar públicas suas ações socioambientais e para legitimar suas atividades, de forma a melhorar sua imagem perante o público externo, porém nem sempre divulga essas informações de forma adequada.

Taiarol (2010); Wajnberg e Lemme (2009); Leite Filho e Figueiredo (2009); Souza (2009); Moura e Dias Filho (2009); Silva (2007); Branco e Rodrigues (2006); Douglas, Dóris e Johnson (2004); Costa Filho (2002), realizaram estudos envolvendo as instituições bancárias, comparando a evolução dos BS e investimentos socioambientais, para isso relacionaram o desempenho financeiro com o desempenho social, verificaram as formas usuais de divulgação das informações socioambientais, assim como investigaram a existência de possível isomorfismo mimético entre estas. No entanto, esse trabalho se diferencia mostrando que a forma de comunicar as informações pode alterar a impressão a respeito dos investimentos e, como consequência, melhorar a imagem da organização. Ao contrário de outros, este estudo não tem a pretensão de mostrar relações, mas o de analisar sobre prismas

diferentes uma mesma informação, levando à reflexão de que, em algumas situações, os números não representam, de fato, o que sua divulgação aparenta, o que pode levar a futuras análises sobre as efetivas contribuições aos investimentos socioambientais realizados pelas instituições financeiras.

A partir dos relatórios de sustentabilidade e dos BS publicados pelas empresas, este estudo propõe a seguinte questão de pesquisa: Como os bancos no Brasil têm evidenciado seus investimentos socioambientais?

Desta forma, o objetivo dessa pesquisa foi o de analisar os investimentos em projetos socioambientais pelo setor bancário brasileiro, divulgados em seus respectivos BS e em seus relatórios de sustentabilidade. Para tanto, foi realizada uma pesquisa descritiva, de abordagem quantitativa descritiva, com procedimento documental.

Este artigo está estruturado em seis sessões: introdução; referencial teórico; metodologia; resultados; análise e discussão e considerações finais, que, além de sintetizarem os principais resultados, discorrem sobre as limitações do estudo e sobre as recomendações para futuros estudos.

2 DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS E A LEGITIMIDADE

Existem várias definições de BS, porém todas convergem para um conjunto de informações econômicas, sociais e ambientais, cujo objetivo consiste na divulgação de informações quantitativas e qualitativas a respeito do desempenho econômico- financeiro e socioambiental das empresas.

Tinoco e Kraemer (2004) definem BS como um instrumento de gestão e de informação cujo objetivo é evidenciar, de forma o mais transparente possível, informações contábeis, econômicas, ambientais e sociais, do desempenho das entidades a diferenciados usuários.

A evidenciação voluntária de informações, que se referem às ações de responsabilidade socioambientais, possui instrumentos específicos, dos quais se destacam o BS e a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e outros relatórios que demonstram as ações empresariais voltadas à promoção de: educação, saúde, inserção das minorias, promoção de políticas afirmativas, respeito mútuo entre os cidadãos e ações realizadas com a força de trabalho, bem como nas comunidades onde estão inseridas (CONCEIÇÃO et al, 2011).

O BS permite verificar o desempenho econômico e socioambiental das organizações, e uma forma de ampliar essa visão é o de analisar o valor adicionado. A DVA evidencia o quanto de riqueza uma empresa gera e distribui aos empregados, ao governo, aos acionistas, aos financiadores. Para Ribeiro (2006), o objetivo da DVA é evidenciar os benefícios gerados pela organização em prol da comunidade como um todo, demonstrando como distribuiu esse valor entre a remuneração dos empregados, o uso de capital de terceiros (juros e aluguéis), os impostos pagos aos cofres públicos e a remuneração do capital próprio (juros, dividendos sobre eles e lucros retidos). A DVA serve de instrumento para evidenciar a função social da empresa e sua contribuição para formar a riqueza global do país, o Produto Interno Bruto (PIB), e diverge da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), cuja ênfase recai sobre o lucro e cujo maior interesse é o dos acionistas.

Leite Filho e Figueiredo (2009) observam que as instituições bancárias têm se preocupado com a divulgação de ações sociais e ambientais e estão também sendo mais criteriosas na concessão de financiamentos para projetos com impactos socioambientais, adotando, em seus processos e em suas práticas, padrões de responsabilidade socioambiental.

Wajnberg e Lemme (2009) identificaram que a principal fonte de divulgação de informações socioambientais no setor bancário são os relatórios sociais, incluindo balanços sociais, relatórios de responsabilidade social e de sustentabilidade.

De acordo com as instituições financeiras pesquisadas por Costa Filho (2002), o BS é considerado um instrumento importante, na medida em que reporta e presta conta dos benefícios de sua atuação junto à sociedade, auxiliando na construção da imagem junto a seu público.

Deegan e Rankin (1996) concluíram que as comunicações constantes nos relatórios ambientais tendem a ser aquelas que favorecem a imagem da organização, não mencionando informações que possuam aspectos negativos e que possam impactar na legitimidade delas perante a sociedade.

Cho e Patten (2007), Deegan e Blomquist (2006), O'Donovan (2002), Cormier e Gordon (2001), Wilmschurst e Frost (2000) e Gray et al (1995), em suas pesquisas, verificaram que o *disclosure* socioambiental é um instrumento que serve para legitimar as empresas, uma vez que as organizações mantêm ou ganham legitimidade pelo uso da comunicação empresarial, incluindo em suas informações, além dos dados financeiros, os ambientais.

Para Dias Filho (2008), a teoria da legitimidade se fundamenta no raciocínio de que há

um contrato entre as organizações e a sociedade, em que elas executam suas atividades de acordo com o sistema de crenças e de valores vigentes. Deste ponto de vista, as organizações buscam constituir sintonia entre suas atividades e os desejos da sociedade, com a intenção de que suas ações sejam aceitas e percebidas como legítimas.

Em pesquisa realizada por Aerts e Cormier (2009) com empresas americanas e canadenses, os autores constataram que as informações divulgadas por elas nos relatórios de sustentabilidade impactavam diretamente sobre suas imagens institucionais.

A prática de evidenciação de RSC vem satisfazer uma demanda da sociedade em obter informações que demonstrem a contrapartida dos ganhos econômicos obtidos, sejam pela utilização dos recursos naturais, materiais ou humanos de uma determinada localidade, como da prestação de contas quanto à atuação dessas organizações, resultante do compromisso formado pelo contrato social, ainda que tácito, estabelecido entre organização e sociedade (CONCEIÇÃO et al, 2011, p.464).

Branco e Rodrigues (2006), ao estudarem a forma de divulgação das informações sociais e ambientais dos bancos portugueses, concluíram que a divulgação ocorre nos sites e nos relatórios anuais e que o meio pelo qual ela é realizada depende do público-alvo a quem a mensagem se destina. As informações ambientais e as sociais referentes aos funcionários estão mais presentes nos relatórios anuais, cujo público-alvo são os investidores; já os sites são utilizados mais para os projetos sociais que interessam a um público mais amplo, como os consumidores em geral. Com relação à legitimidade, os autores sugerem que os bancos mais conhecidos têm mais uma razão para justificar a sua existência para a sociedade, por meio da divulgação dos investimentos em responsabilidade social. Os resultados mostram que bancos com maior visibilidade entre os consumidores parecem exibir uma maior preocupação em melhorar a imagem corporativa pela divulgação de informações sobre responsabilidade social apresentadas em relatórios anuais e na internet.

Douglas, Dóris e Johnson (2004) analisaram o desempenho social das instituições financeiras irlandesas em contraponto às melhores práticas das europeias. Os autores encontraram discrepâncias na forma de divulgar as informações e que elas são, principalmente, direcionadas aos acionistas. A maioria das informações sociais é disponibilizada no site e não no relatório anual. Não há evidência real de aumento das informações nos anos estudados (1998-2001). Observaram que as voluntárias são superficiais, com pouca quantificação. A maioria das instituições financeiras irlandesas encontra-se no estado em que as normas de avaliação dos relatórios das informações são criadas internamente e não são verificados externamente, apresentando uma resposta limitada aos *stakeholders*,

possivelmente porque essas instituições não têm obrigação de divulgar esse tipo de informação. Quanto às instituições financeiras europeias, os autores observaram que a maioria delas divulga as informações sociais e ambientais de acordo com as normas vigentes, os valores e as expectativas da sociedade. Os padrões das informações são gerados fora da instituição, e os relatórios são objetos de auditoria. Organizações que estão nesse estado têm diálogo constante com as partes interessadas, mantendo regularidade na divulgação das informações sociais e ambientais e demonstram compromisso com a divulgação dessas informações ao longo do tempo.

Costa Filho (2002), ao analisar os BS das instituições bancárias do Brasil, concluiu que elas realizavam esforços no sentido de serem agentes de mudança, contribuindo com recursos humanos, financeiros e materiais, agindo em parceria com o poder público, com as associações civis e com a sociedade em geral. Esse estudo mostrou também ações típicas de marketing social, cujo objetivo principal é o de destacar para o público a imagem de uma empresa socialmente responsável. Apontou que inexistiu uniformidade de procedimentos tanto na elaboração quanto na forma de dar publicidade aos BS dos diferentes bancos, o que dificultou a realização de avaliações comparativas. Até mesmo em uma mesma instituição, verificou procedimentos diversos nos diferentes exercícios sociais, prejudicando trabalhos comparativos.

Leite Filho e Figueiredo (2009) realizaram análises da associação entre os indicadores de RSE e o desempenho econômico-financeiro, o Valor Econômico Agregado (EVA®), de sete instituições bancárias do Brasil, a saber: Banco do Brasil S.A., Itaú S.A., Unibanco S.A., Bradesco S.A, Santander S.A, Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (BANRISUL) e Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), no período de 1997 a 2006. Verificaram empiricamente as relações existentes entre os investimentos sociais internos, externos e ambientais com o EVA®). Concluíram que não há relacionamento significativo entre os Indicadores Sociais do BS e o desempenho econômico e financeiro. Por outro lado, embora os modelos não confirmem a relação entre os Indicadores Sociais e o EVA®, os resultados das análises não culminaram na aceitação de uma relação negativa entre a atuação social e o desempenho do EVA®, o que supõe que as iniciativas de sustentabilidade adotadas não necessariamente significam maiores custos e menores retornos para as instituições analisadas.

Silva (2007) realizou a análise comparativa entre duas instituições financeiras: Bradesco e Itaú, utilizando, como base, as informações contidas no BS gerado nos anos de

2004 e 2005. Com relação ao Bradesco, observou que os Investimentos Sociais Internos (ISI) de 2004 para 2005 cresceram 1,12%; no entanto, nos Investimentos Sociais Externos (ISE), esse percentual quase duplicou de um ano para o outro, com um aumento de 95,02% com gastos em: educação, cultura, saúde e saneamento, esporte e combate à fome. No Itaú, os ISI de 2004 para 2005 representaram acréscimo de 22,18%, sendo que a maior parte deles foi em: alimentação, encargos sociais compulsórios, saúde, capacitação e desenvolvimento profissional e participação nos lucros ou nos resultados. Tratando-se dos ISEs, o Itaú investiu, principalmente, em: educação, cultura, combate à fome, entre outros, sendo que os gastos nestas áreas cresceram 31,63 % de um ano para o outro.

Taiarol (2010) analisou e comparou a evolução dos ISIs e verificou a correlação existente entre esses investimentos com a receita e com o valor adicionado dos seguintes bancos: Bradesco, Brasil, Banrisul, Itaú, Santander e Caixa Econômica Federal (CEF), no período de 2000 a 2009. Este estudo mostrou que o valor adicionado total e o adicionado, distribuído por funcionário, cresceu quando foi aumentado o ISI nos bancos Banrisul, CEF, Bradesco e Itaú. Isto não aconteceu com o Banco do Brasil, que apresentou uma média de 0,48% de crescimento no investimento em ISI e uma queda de 3,73% no valor adicionado distribuído por funcionário. Já o Santander diminuiu os investimentos em ISI e também o valor adicionado total e o valor distribuído por funcionário. A autora concluiu que o Itaú foi o que mais investiu e gerou riqueza no período, enquanto o do Brasil foi o que mais distribuiu riqueza por funcionário. Verificou ainda que existe uma correlação forte e positiva entre ISI e distribuição de riqueza e ISI e uma geração de receita líquida operacional, concluindo que o aumento com gastos no ISI contribui para o aumento da riqueza gerada e da receita da organização.

Souza (2009) verificou a evolução da responsabilidade social no Banco do Brasil, no período de 2005 a 2006, utilizando os balanços sociais publicados; concluiu que os ISE, no ano de 2005, representaram 0,48% da receita líquida enquanto, em 2006, passaram a representar 3,13%.

Moura e Dias Filho (2009) investigaram até que ponto políticas de evidenciação contábil de seis importantes instituições financeiras brasileiras foram influenciadas pela empresa de maior porte entre elas. Os bancos analisados foram: Bradesco, Itaú, Unibanco, Santander, Banco da Amazônia S.A e Banco do Brasil. O método utilizado foi a regressão linear simples, comparando-se as informações com o Bradesco (banco modelo – base da

pesquisa). A pesquisa concluiu que quatro dos cinco maiores bancos brasileiros têm as variações nos indicadores, divulgados no seu BS, explicadas pelas variações ocorridas nos indicadores do Banco Modelo (no caso, o Bradesco) de um ano imediatamente anterior.

Conceição et al (2011) realizaram estudo dos relatórios, disponibilizados por 123 empresas listadas na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA), utilizando a técnica estatística da análise fatorial, buscando estabelecer o nível de comunicação das informações relacionadas ao desempenho em RSC e os prováveis fatores determinantes ao *disclosure* nele a partir de variáveis independentes do desempenho econômico-financeiro e social (distribuição de riqueza) dessas empresas. A conclusão do estudo sugere que a política de *disclosure* em RSC para as empresas que formaram a amostra demonstrou ser bastante incipiente e altamente vinculada a aspectos de externalidade positiva (*marketing* social), sendo possível estabelecer uma determinação significativa entre o desempenho econômico-financeiro e social com o *disclosure* em RSC, para as empresas que atuam em atividade regulamentada.

3 MÉTODO DE PESQUISA

Quantos aos objetivos, esta pesquisa é descritiva. Para Vergara (2000), a pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. Na concepção de Acevedo e Nohara (2006, p.46), “[...]a pesquisa descritiva pode ser utilizada pelo investigador quando o objetivo do estudo for (1) descrever as características de um grupo; (2) estimar a proporção dos elementos de determinada população que apresente características ou comportamento de interesses do pesquisador (...)”. Partindo-se, então, dos dados coletados, descreveu-se como se deram os investimentos em ações socioambientais dos maiores bancos brasileiros, divulgados em seus respectivos balanços sociais e em relatórios de sustentabilidade, no período de 2007 a 2009, em relação ao valor adicionado, à receita operacional líquida e ao lucro líquido.

Com relação à abordagem do problema, a metodologia utilizada foi a quantitativa, que se caracteriza pelo emprego da quantificação tanto na coleta quanto no tratamento dos dados, por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples, como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão, etc. (RICHARDSON, 1989). Os dados foram armazenados e tabulados em planilhas compatíveis

com o *software* Microsoft Excel 2007, e sua descrição e sua análise foram realizadas pela estatística descritiva, utilizando-se, como principal recurso, a análise percentual que possibilita a comparação e evita que os números absolutos gerem interpretações errôneas.

A coleta de dados iniciou-se em junho de 2010 e terminou em agosto de 2010, por meio de pesquisa documental, que se justifica, por selecionar, organizar, tratar e interpretar informações que se encontravam em estado bruto e dispersas (BEUREN, LONGARAY, 2003; SILVA, GRIGOLO, 2002). Nessa pesquisa, foram utilizadas as informações divulgadas nos sites dos bancos pesquisados, sendo analisados os seguintes relatórios: Relatórios Anuais dos Bancos, Relatórios de Sustentabilidade e Balanços Sociais.

Foi realizado tratamento analítico das informações, verificando-se o montante de valores investidos, conforme discriminados na sequência:

a) investimentos sociais internos (ISI): são aqueles realizados em programas sociais que atendem a comunidade interna da empresa, constituída por seus empregados e por seus dependentes, também denominados de benefícios; representam gastos com: alimentação, encargos sociais compulsórios, previdência privada, saúde, segurança e medicina no trabalho, educação, cultura, capacitação e desenvolvimento profissional, creches ou auxílio-creche, participação em lucros ou em resultados e em outros benefícios relacionados aos funcionários;

b) investimentos sociais externos (ISE): são os que são gastos em programas sociais que atendem a sua comunidade externa, também conhecidos como patrocínios; são gastos com: educação, cultura, saúde e saneamento, esporte, combate à fome e segurança alimentar, tributos arrecadados aos cofres públicos;

c) investimentos em meio-ambiente (IMA): são os investimentos em programas sociais cujos esforços estão relacionados ao meio ambiente e a seus recursos naturais; são os gastos com a produção/operação da empresa e com investimentos em programas e/ou projetos externos.

Para esse trabalho foram utilizados, também, os seguintes indicadores: Receita Operacional Líquida (ROL) e Lucro Líquido (LL), retirados das demonstrações financeiras dos relatórios anuais dos bancos; e o Valor Adicionado Distribuído (VAD), que representa a forma e o quanto a empresa contribuiu com a sociedade em que está inserida.

A população definida para este estudo foram os bancos brasileiros, utilizando os dados divulgados pelo Banco Central do Brasil, que é a entidade regulatória brasileira que consolida as informações fornecidas periodicamente pelos bancos. A população compreende 136

bancos, que são denominados de *Sistema Financeiro Nacional*. Para se estabelecer a amostra, foi escolhido o tamanho do banco, utilizando-se o critério do Ativo Total (Somatória dos Empréstimos e Aplicações no Mercado), como mostra a Tabela 1. A amostra selecionada representa 85% da população.

Tabela 1: Ranking dos bancos

	ATIVO TOTAL	%
ITAÚ	631.327	25,0
BANCO DO BRASIL	507.348	20,1
BRADESCO	397.343	15,7
SANTANDER	344.682	13,7
CEF	285.920	11,3
TOTAL 5 MAIORES	2.166.620	85,8
TOTAL GERAL	2.525.094	100%

Fonte: Elaborado pelo autor – BACEN (2009)

O Banco ABN AMRO Real foi incorporado pelo Banco Santander em agosto de 2008, e os resultados de 2008 já estão consolidados; isto também ocorreu com o Itaú que teve a fusão anunciada com o Banco Unibanco em novembro de 2008.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

Nessa seção são divulgados os resultados da pesquisa, dos períodos de 2007 a 2009, organizados em tabelas distintas para cada organização bancária, bem como comentários sobre os resultados apresentados. Na Tabela 2, verifica-se o histórico no período de 2007 a 2009 do Banco do Brasil.

Tabela 2: Banco do Brasil S.A

Indicadores sociais e Variáveis financeiras	2007	2008	2009
Indicadores sociais internos	3798984	4605584	4384277
Indicadores sociais externos	4186592	5038926	8885665
Indicadores do meio ambiente	1660	18296	0
Receita Operacional Líquida (ROL)	14987008	12355145	18232859
Valor Adicionado Distribuído (VAD)	18779173	23586959	31116269
Lucro Líquido (LL)	5058119	8802869	10147522

Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se que, no período de 2007 a 2009, a ROL aumentou 21,6%; o VAD, 65,7%; o LL, 100,6%; e o LL em relação a ROL, em 2007, foi de 33,75% enquanto, em 2009, foi de

55,65%, o que registrou um aumento de 64,9% no período. Os investimentos em ISI aumentaram 15,4% no período, porém, ao verificar a representatividade do ISI em relação ao LL no ano de 2007, representavam 75,1% e, no ano de 2009, apenas 43,2%: o que resultou em uma redução de 42,4% no período. Os investimentos em ISE aumentaram 112,2% no período, mas, quando relacionado ao LL, essa representatividade teve um aumento de 5,8%. O IMA mostra uma variação que chama atenção, pois, em 2007, foi realizado um investimento de 0,03% do LL e, em 2008, 0,2%, porém, em 2009, não houve nenhum valor investido.

Na Tabela 3, verifica-se a distribuição valor adicionado do Banco do Brasil no período de 2007 a 2009. No período de 2007 para 2009, na distribuição do valor adicionado, a participação do governo aumentou 5,6%; o lucro retido/reinvestido, 21%; a dos acionistas, 28,7%; os de terceiros, 100%; enquanto a distribuição aos colaboradores diminuiu 18,8%. Pode-se observar que a maior redução de distribuição aos colaboradores se deu no período de 2008 para 2007, quando os valores recebidos pelos acionistas e os valores retidos e reinvestidos foram bem superiores.

Tabela 3: Distribuição valor adicionado Banco do Brasil

Distribuição do valor adicionado	2007 %	2008 %	Varição 2008/2007 (%)	2009 %	Varição 2009/2008 (%)
Governo	26,4	25	-5,3	27,9	11,6
Colaboradores	46,7	37,7	-19,3	37,9	0,5
Retido/Reinvestido	16,2	20,9	29,0	19,6	-6,2
Acionistas	10,1	14,9	47,5	13	-12,8
Terceiros	0	1,5	100	1,6	6,7

Fonte: Dados da pesquisa

A seguir, na Tabela 4, verifica-se o histórico, no período de 2007 a 2009, do Banco Itaú/Unibanco S.A. Os dados de 2007 não foram consolidados pelo Grupo Itaú/Unibanco; por isso, não puderam ser considerados.

Tabela 4: Itaú/Unibanco

Indicadores sociais e variáveis financeiras	2008	2009
Indicadores sociais internos	3990139	1994707
Indicadores sociais externos	7795687	248000
Indicadores do meio ambiente	26723	962
Receita Operacional Líquida (ROL)	10421761	31981410
Valor Adicionado Distribuído (VAD)	19903336	34979128
Lucro Líquido (LL)	7803483	10066608

Fonte: Dados da pesquisa

No período verificado, a ROL aumentou 206,8%; o VAD, 75,7%; o LL, 29%. O LL, apesar de ter obtido um aumento se comparado ao ROL, teve uma diminuição de 57,9% no período. Os ISI aumentaram 50% no período, porém, ao se verificar a representatividade do ISI em relação ao LL, nota-se que apresentou uma redução de 61,2% no período. Os ISE diminuíram 96,8% e, quando relacionado ao LL, essa representatividade teve uma redução de 97,5%. Os IMA apresentaram uma redução de 96,4% e, ao se comparar com o LL, essa redução passou para 97,2%.

Tabela 5: Distribuição do Valor Adicionado Itaú/Unibanco

Distribuição do valor adicionado	2007 %	2008 %	2009 %	Varição 2009/2008 (%)
Governo	-	34	35	2,9
Colaboradores	-	32	31	-3,1
Retido/Reinvestido	-	19	20	5,2
Acionistas	-	13	11	-15,3
Terceiros	0	2	3	50

Fonte: Dados da pesquisa

Na Tabela 5, verifica-se a DVA do Itaú/Unibanco no período de 2007 a 2009. No período verificado, a DVA ao governo aumentou 2,9%; o lucro retido/reinvestido foi de 5,2%; a dos terceiros, 50%; já os colaboradores tiveram diminuição de 3,1% e os acionistas, de 15,3%.

Na Tabela 6, verifica-se o histórico, de 2007 a 2009, do Banco Bradesco S.A. De 2007 para 2009, o Bradesco aumentou a ROL em 12,9%; o VAD, 17,3%; o LL 0,03%. O LL em relação a ROL, em 2007, foi de 44,4% enquanto, em 2009, foi de 39,3%: **ou seja, houve** uma redução de 11,5%. Os ISI aumentaram 18,4% no período, e sua representatividade com relação ao LL obteve os mesmos 18,4% de aumento. Os ISE aumentaram 12,2% no período e, quando relacionados ao LL, obtiveram a mesma representatividade. Os IMA mostram uma variação positiva de 74,6% no período de 2007 a 2009.

Tabela 6: Bradesco S/A

Indicadores sociais e variáveis financeiras	2007	2008	2009
Indicadores sociais internos	3109099	3369338	3682937
Indicadores sociais externos	5772457	4508342	6479282
Indicadores do meio ambiente	13038	40002	22774
Receita Operacional Líquida (ROL)	18032173	15772280	20373854
Valor Adicionado Distribuído (VAD)	19833628	18015906	23270651
Lucro Líquido (LL)	8009724	7620238	8012282

Fonte: Dados da pesquisa

Na Tabela 7, verifica-se a DVA do Bradesco no período de 2007 a 2009. No período de 2007 para 2009, na DVA, a participação do governo aumentou 13,2%; a dos acionistas, 142,2 enquanto a dos colaboradores reduziu 1%; o lucro retido/reinvestido, 90,8%. Pode-se observar que o maior aumento de distribuição aos acionistas se deu no período de 2008 e 2007, que foi de 199,3%, e a maior diminuição do reinvestimento também foi nesse período.

Tabela 7: Distribuição do Valor Adicionado Bradesco

Distribuição do valor adicionado	2007 %	2008 %	Varição 2008/2007 (%)	2009 %	Varição 2009/2008 (%)
Governo	29,5	19	-35,5	33,4	75,8
Colaboradores	30,1	35,8	18,9	29,8	-16,7
Retido/Reinvestido	26,2	2,7	-89,7	2,4	-11,1
Acionistas	14,2	42,5	199,3	34,4	-19,0
Terceiros	-	-	-	-	-

Fonte: Dados da pesquisa

A Tabela 8 mostra o histórico de 2007 a 2009 do Banco Santander S.A. O LL do Santander teve uma redução de 2,1%, apesar de um aumento na ROL de 141,1% e de 115,5% do VAD. O LL em relação a ROL, em 2007, foi de 31,5% enquanto, em 2009, foi de 12,8%, ou seja, houve uma redução de 59,4%. Os ISI aumentaram 359% no período, e sua representatividade em relação ao LL aumentou 369% no período. Os ISE, no entanto, reduziram 92,6% e, quando relacionado ao LL, a representatividade foi reduzida em 92,4%. Os IMA, apesar de não apresentarem nenhum valor no ano de 2008, voltam a ter investimento em 2009, com um aumento de 33,7% em relação a 2007 e um aumento de 36,6% em relação ao LL.

Tabela 8: Santander S/A

Indicadores sociais e variáveis financeiras	2007	2008	2009
Indicadores sociais internos	822535	2437394	3775756
Indicadores sociais externos	1200461	107545	88842
Indicadores do meio ambiente	210000	0	280800
Receita Operacional Líquida (ROL)	5849870	6905319	14105708
Valor Adicionado Distribuído (VAD)	5353281	5703680	11537444
Lucro Líquido (LL)	1845396	1580613	1805899

Fonte: Dados da pesquisa

Na Tabela 9, verifica-se a DVA do Santander no período de 2007 a 2009. Na DVA, de 2009 para 2007, a participação do governo aumentou 53,9%; a dos colaboradores, 11,9% e a dos terceiros, 29%. Já, no mesmo período, houve diminuição de lucro retido/reinvestido em

100% e a distribuição aos acionistas, em 50%. É possível visualizar que, no período de 2009 e 2008, houve uma redução expressiva das distribuições em razão da distribuição aumentada em 225% para o governo.

Tabela 9: Valor Adicionado Santander S/A

Distribuição do valor adicionado	2007	2008	Variação	2009	Variação
	%	%	2008/2007	%	2009/2008
			(%)		(%)
Governo	23,9	11,3	-52,7	36,8	225,6
Colaboradores	38,4	56,1	46,0	43	-23,3
Retido/Reinvestido	2	2,3	15	-	-100
Acionistas	32,6	25,7	-21,2	16,2	-36,9
Terceiros	3,1	4,6	48,3	4	-13,0

Fonte: Dados da pesquisa

Na Tabela 10, verifica-se o histórico de 2007 a 2009 da CEF. No período de 2007 a 2009, a ROL da CEF aumentou 28,6%; o VAD, 29,9%; o LL, 19,5%. O LL em relação a ROL, em 2007, foi de 27,8% enquanto, em 2009, foi de 25,8%, ou seja, houve uma redução de 7%. Os ISI aumentaram 14,3% no período, porém, ao se verificar a representatividade do ISI em relação ao LL, observa-se que, em 2007, era de 110%, passando para 88%, em 2008 e para 78%, em 2009, assim sendo, houve uma redução 28,3% no período. Apesar de ter ISE e IMA em 2007 e em 2008, não existe, em 2009, nenhuma menção de investimentos nesses indicadores na CEF.

Tabela 10: Caixa Econômica Federal

Indicadores sociais e variáveis financeiras	2007	2008	2009
Indicadores sociais internos	2765451	3425893	2368066
Indicadores sociais externos	495906	1084819	-
Indicadores do meio ambiente	7841	5564	-
Receita Operacional Líquida (ROL)	9024968	11285229	11608586
Valor Adicionado Distribuído (VAD)	10592056	13248821	13761908
Lucro Líquido (LL)	2510098	3883289	2999706

Fonte: Dados da pesquisa

Na Tabela 11, verifica-se a DVA da CEF no período de 2007 a 2009. No período de 2007 para 2009, na DVA, a participação do governo aumentou 28,1% assim como o lucro retido/reinvestido em 29,5%, porém a distribuição aos colaboradores diminuiu em 1,5%; aos acionistas, em 54,3% e aos terceiros, em 2,2%. Pode-se observar que o maior aumento de distribuição ao governo se deu no período de 2009 para 2008 assim como, nesse mesmo período, foi a maior diminuição de participação aos acionistas.

Tabela 11: Valor adicionado Caixa Econômica Federal

Distribuição do valor adicionado	2007	2008	Variação	2009	Variação
	%	%	2008/2007	%	2009/2008
			(%)		(%)
Governo	10,3	7,6	-26,2	13,2	73,7
Colaboradores	61,3	58,9	-3,9	60,4	2,5
Retido/Reinvestido	13,2	17,4	31,8	17,1	-1,7
Acionistas	10,5	11,9	13,3	4,8	-59,6
Terceiros	4,6	4,2	-8,7	4,5	7,1

Fonte: Dados da pesquisa

Nessa seção são divulgados os resultados da pesquisa, dos períodos de 2007 a 2009, organizados em tabelas distintas para cada organização bancária, bem como comentários sobre os resultados apresentados.

Após a divulgação dos resultados apresentados por organização bancária, no período de 2007 a 2009, na próxima sessão, serão comparados os investimentos com a ROL e o LL realizando a análise e discussão dos resultados.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A maioria dos dados foi coletada nos sites dos bancos, em relatórios de sustentabilidade emitidos com base na metodologia da GRI. Apenas o Banco Bradesco S.A. possuía o BS modelo Ibase de todos os anos, além de apresentar as informações no modelo GRI. Apesar de existir um número elevado de informações de todas as instituições pesquisadas, elas estavam dispersas e mais difíceis de serem visualizadas, ao contrário do que se estivesse no formato do Modelo do BS (IBASE), em que os dados se encontram em uma única demonstração. Em alguns casos, como o do Itaú, o do Santander e o da CEF, os valores referentes aos investimentos socioambientais não foram encontrados facilmente, pois a maioria das informações era de natureza descritiva, detalhada em relação às atividades empresariais voltadas aos benefícios, aos funcionários e à comunidade em geral, porém pouco quantificada monetariamente, com exceção ao DVA, que foi apresentado em todos os bancos. Esses fatos corroboram as observações e os achados de: Wajjnberg e Lemme (2009), que identificaram como principais fontes de divulgação de informações socioambientais dos bancos, os balanços sociais, os relatórios de responsabilidade social e os relatórios de sustentabilidade; de Costa Filho (2002), que apontou a inexistência de uniformidade de procedimentos na elaboração e na forma de publicação dos Balanços Sociais dos diferentes bancos; de Conceição et al (2011), que destacam o BS e a DVA como relatórios que servem para

evidenciar voluntariamente informações referentes às ações de responsabilidade socioambientais.

Todas as instituições bancárias analisadas, com exceção da CEF, talvez em razão de sua constituição jurídica, possuíam muitas informações a respeito de ações de responsabilidade socioambiental, além de mencionarem os critérios na concessão de financiamento, deixando claro o quão estão envolvidas com essas ações, reforçando as conclusões de Leite Filho e Figueiredo (2009), quando afirmam que as instituições bancárias estão preocupadas com a divulgação de ações socioambientais, bem como com a concessão de financiamentos que causem impactos ambientais. Todos os bancos analisados apresentam práticas que demonstram preocupação não só com a responsabilidade empresarial, mas com a sustentabilidade empresarial. Tais constatações vão ao encontro das conclusões de Costa Filho (2002), quando menciona que as instituições bancárias realizam esforços para serem agentes de mudanças em parceria com o poder público, associações civis e sociedade em geral contribuindo com recursos humanos, financeiros e materiais.

Outro fator importante a ser mencionado é que há distinções em uma mesma instituição em diferentes exercícios sociais, dificultando a comparação dos dados, o que se contrapõe aos princípios do balanço social, expostos por Tinoco e Kraemer (2004), em que as informações ambientais e sociais devem ser divulgadas, da forma o mais transparente possível. Não se pode desconsiderar, no entanto, que tanto o Itaú quanto o Santander passaram por processos de fusão no período analisado.

A tabela 12 mostra que todos os bancos aumentaram os ISI, porém os que se destacam são o Santander e o Itaú/Unibanco. Os estudos de Silva (2007) também mostraram um aumento nos gastos com investimentos sociais internos tanto do Itaú, quanto no Bradesco, no período de 2004/2005, o que parece mostrar a constância dos investimentos sociais internos desses bancos nos últimos anos.

Tabela 12: Análise dos investimentos realizados

	BANCO DO BRASIL %	ITAÚ/ UNIBANCO %	BRADESCO %	SANTANDER %	CEF %
ISI	+15,4	+50	+18,4	+359	+14,3
ISE	+112,2	-96,8	+12,2	-92,6	-100
IMA	-100	-96,4	+74,6	+33,7	-100
ROL	+21,7	+206,8	+12,9	+141,1	+28,6
VAD	+65,7	+75,7	+17,3	+115,5	+29,9
LL	+100,6	+29,0	+0,03	-2,1	+19,5

LL/ROL	+64,9	-57,9	-11,5	-59,4	-7
ISI/LL	-42,4	-61,2	+18,4	+36,9	-28,8
ISE/LL	+5,8	-97,5	+12,2	-92,4	-100
IMA/LL	-100	-97,2	+74,6	+36,6	-100

Fonte: Dados da pesquisa

Com relação aos ISE, apenas dois bancos apresentaram aumento, o Banco do Brasil e Bradesco, sendo que aquele aumentou mais que 100%; já a CEF reduziu todos os seus ISE. Silva (2007), em sua análise, verificou que o Bradesco aumentou seus investimentos sociais externos no período 2004/2005 em 95,02%, um aumento bem mais significativo do que os 12,2% do período 2007/2009 verificados nessa análise. Quanto ao Itaú, conforme Silva (2007), no período de 2004/2005, havia aumentado seus ISE em 31,63%, enquanto, no período 2007/2009, os reduziu em quase 96,8%. Os IMA foram os mais afetados; apenas dois bancos continuaram investindo, o Bradesco e o Santander.

A ROL de todos os bancos aumentou, porém igualmente não se pode dizer do LL, que no Santander foi negativo e no Bradesco aumentou, apenas, 0,03%. O maior LL foi do Banco do Brasil que obteve também o maior LL em relação à ROL; o pior resultado foi o do Santander seguido do Itaú/Unibanco. Ao se analisar a variação dos indicadores (ISI, ISE e IMA), no período e em relação ao LL, encontram-se resultados bastante divergentes.

Ao se compararem os ISI e sua relação com o LL, observou-se que, apesar de todos os bancos terem aumentado os seus ISI no período, apenas Santander e Bradesco aumentaram seus investimentos com relação à participação do LL. O Santander, no entanto, teve um aumento de 359% do ISI no período, porém, ao ser relacionado com o lucro líquido, apesar de existir aumento, que foi de 36,9%, seu LL reduziu em 2,1%. O Bradesco apresentou o mesmo aumento em relação ao LL. No caso do Banco do Brasil, houve aumento de 15,4% no ISI, tendo obtido um LL superior a 100% no período. No entanto, quando se faz a relação com o LL o ISI, em vez de aumentar, diminuiu 42,4%. O banco Itaú aumentou em 50% o ISI, porém, na relação com o LL que aumentou 29% no período, o ISI diminuiu 61,2%. A CEF aumentou 14,3% do ISI e, com relação ao LL, diminuiu 28,8%.

Com relação à participação dos ISE no LL, apenas o Banco do Brasil e o Bradesco aumentaram a participação. Porém observa-se que o Banco do Brasil, apesar de ter aumentado os ISE em 112% no período, ao se relacionar com o LL, aumentou apenas 5,8%. Esse resultado é similar ao de Souza (2009), que verificou um aumento de 3,13% dos ISE no Banco do Brasil quanto à ROL no ano de 2006 em relação ao ano de 2005, o que parece

indicar uma constância nesses investimentos no Banco do Brasil. A CEF reduziu sua participação nesses investimentos em 100%. O Itaú diminuiu o ISE em 96,8%; já com relação ao lucro líquido, a diminuição foi para 97,5%, e o Santander diminuiu 92,6% do ISE, sem praticamente nenhuma diferença na relação com o LL.

Os únicos aumentos nos IMA foram no Bradesco que teve o mesmo percentual com relação do LL, que foi de 74,6%, e o Santander, nesse tipo de investimento, aumentou em 33,7% e, surpreendentemente, em relação ao LL, aumentou 36,6%. O Banco do Brasil e a CEF reduziram 100% do ISE enquanto o Itaú reduziu 96,8% e, em relação ao LL, diminuiu 97,2%.

Esses resultados fortalecem as conclusões de Costa Filho (2002) quando afirma que o BS é considerado um instrumento importante para reportar e prestar contas de sua atuação junto à sociedade além de auxiliar na construção da imagem junto a seu público. Confirmam as conclusões de Deegan e Rankin (1996) quando mencionam que as comunicações constantes nos relatórios ambientais tendem a ser aquelas que favorecem a imagem da organização, não mencionando informações que possuam aspectos negativos ou que possam impactar na legitimidade delas perante a sociedade. Observou-se que os bancos se concentraram em demonstrar os valores investidos na área socioambiental, sem se ater nas possíveis explicações para redução dos investimentos. Em alguns casos, inclusive, mudaram a forma de apresentação dos dados, não fazendo comparações com anos mais favoráveis. O Itaú, o Santander e o Banco do Brasil, para alguns tipos de investimentos econômicos, fizeram questão de relacioná-lo com o LL, mas, em nenhum momento, fizeram essa relação com os investimentos socioambientais. Tais achados, reforçam as conclusões de Cho e Patten (2007), Deegan e Blomquist (2006), O'Donovan (2002), Cormier e Gordon (2001), Wilmshurst e Frost (2000) e Gray et al (1995), que constataram ser o *disclosure* socioambiental um instrumento legitimador das empresas, uma vez que as organizações bancárias utilizaram a comunicação empresarial para legitimar suas atividades socioambientais, mostrando dados socioambientais, reforçando, principalmente, os aspectos positivos de suas atuações.

Conforme sugerido por Ribeiro (2006), por meio da DVA, é possível avaliar o quanto de riqueza cada banco gerou ou não, permitindo-se verificar o que cada um fez em benefício da comunidade e como distribuiu o seu valor adicionado, evidenciando a função social dos bancos, informações que não interessam somente aos acionistas, mas a todos os demais *stakeholders*.

A seguir, a Tabela 13 mostra a distribuição de valor adicionado. A participação do governo na DVA foi a única que aumentou em todos os bancos, salientando-se o aumento expressivo do Santander, da CEF e do Bradesco.

Tabela 13: Distribuição do valor adicionado

	BANCO DO BRASIL %	ITAÚ/ UNIBANCO %	BRADESCO %	SANTANDER %	CEF %
Governo	+5,6	+2,9	+13,2	+53,9	+ 21,8
Colaboradores	-18,8	-3,1	-1,0	+11,9	-1,5
Retido/Reinvestido	+21	+5,2	-19,8	-100	+29,5
Acionistas	+28,7	-15,3	+142,2	-50	-54,3
Terceiros	+100	+50	-	+29	-2,2

Fonte: Dados da pesquisa

Quanto à distribuição aos colaboradores, apenas o Santander distribuiu mais, destacando-se a maior redução para o Banco do Brasil, contrariando os achados de Tairrol (2010) no que se refere ao Banco Santander que, no período de 2000/2009, reduziu o valor adicionado por funcionário, porém, com relação ao Banco do Brasil, sua análise aponta uma queda no valor adicionado distribuído por funcionário no Banco do Brasil, no período de 2000 a 2009.

As conclusões de Tairrol (2010) foram diferentes dos resultados encontrados nesse trabalho, quando apontam o Banco do Brasil como o que mais distribuiu riqueza aos funcionários e o Itaú como o que mais investiu e gerou riqueza no período. Essa divergência pode estar relacionada ao fato de Tairrol (2010) ter utilizado, em sua análise, um período maior de tempo.

O Santander, entretanto, não teve nenhum lucro retido ou reinvestido, enquanto a CEF foi a que mais reteve e reinvestiu. A maior distribuição para os acionistas se deu no Bradesco que, no período, aumentou a distribuição em 142,2%. Por outro lado, a CEF reduziu essa distribuição aos acionistas em 54,3%. O Banco do Brasil foi o que mais distribuiu valores aos terceiros, já o Bradesco e a CEF, em menor proporção, foram os bancos que menos distribuíram valores aos terceiros.

Os resultados apontados pela estatística descritiva mostram que, na maioria dos casos, quando houve aumento do ISI, houve também aumento do LL, enquanto os aumentos e as reduções do ISE e do IMA não apresentaram constância nos resultados. Esse tipo de análise, contudo, não permite verificar correlações positivas ou negativas, como foram apontadas nos

estudos de Taiarol (2010) ou de Leite Filho e Figueiredo (2009), porém parecem mostrar que existe, de fato, uma relação entre ISI e LL.

Ao contrário do que Douglas, Dóris e Johnson (2004) concluíram a respeito das instituições financeiras irlandesas, que a maioria delas se encontra no estado em que as normas de avaliação dos relatórios das informações são elaboradas internamente e não são verificadas externamente, apresentando uma resposta limitada aos *stakeholders*, os bancos brasileiros parecem estar um pouco mais à frente, se levarmos em consideração como utilizam os relatórios de sustentabilidade com base no modelo GRI e, no caso específico do Bradesco, com a utilização contínua e simultânea do modelo IBASE. Mas não se pode deixar de observar que as informações são sempre geradas pelas próprias instituições e percebe-se que alguns bancos, como sugerem Branco e Rodrigues (2006), utilizam meios e formas diferentes para divulgação das informações cujo objetivo é reforçar a imagem institucional de empresa socialmente responsável, como sugerido por Costa Filho (2002).

Essas questões podem ser observadas na análise da relação entre o aumento do LL e o aumento dos ISI, ISE ou IMA e a DVA. As instituições fizeram questão de frisar, quando foi o caso, o aumento dos seus investimentos sociais, sem nunca fazer relação com os seus lucros ou com o valor adicionado, resultado que, por vezes, as deixariam em desvantagem. Por outro lado, algumas instituições mostraram constância nos resultados, bem como aumento também com relação ao LL obtido e à distribuição de riqueza. Algumas apresentaram informações organizadas, transparentes e claras, demonstrando compromisso com a divulgação delas ao longo do tempo, apresentando similaridade com as instituições financeiras europeias como sugerido por Douglas, Dóris e Johnson (2004).

Ao contrário do que Moura e Dias Filho (2009) constataram, quatro dos cinco maiores bancos brasileiros possuíam variações de indicadores sociais similares ao Bradesco (banco utilizado como modelo); este foi o único dos bancos analisados em que, ao comparar a relação dos investimentos em ISI, em ISE e em IMA com o LL não apresentou variações com relação ao aumento desses indicadores, no período analisado, assim como apresentou as informações socioambientais com mais clareza, de forma transparente, mantendo constância na forma de apresentação, facilitando, inclusive, a busca das informações, sendo que a instituição que ficou mais próxima foi o Banco do Brasil.

Devido aos lucros elevados que as instituições bancárias costumam apresentar e o papel importante que esse segmento representa para o desenvolvimento econômico e social em todo

o mundo (COSTA FILHO, 2002; LEITE FILHO; FIGUEIREDO, 2009), espera-se que prestem contas de suas atividades e as legitimem, uma vez que, conforme exposto por Dias Filho (2008) e Conceição et al (2011), o fundamento da legitimidade consiste na existência de um contrato entre as organizações e a sociedade, ainda que seja tácito, em que elas executem suas atividades de acordo com um sistema de crenças e de valores vigentes, em que a prática de evidenciação da RSC satisfaça uma demanda da sociedade de obter informações que demonstrem a contrapartida dos ganhos econômicos obtidos, seja pela utilização dos recursos naturais, seja pelos materiais ou humanos de determinada localidade. Sob esse ponto de vista, pode-se considerar que as instituições bancárias analisadas cumprem o contrato já que, apesar de não manter constância ou mostrar informações negativas, procuram indicar claramente o quanto investem a favor da sociedade. Não se pode deixar de mencionar que, ainda que exibam seus indicadores de forma útil quanto a suas necessidades de legitimidade (BRANCO; RODRIGUES, 2006; AERTS; CORNIER, 2009; COSTA; FILHO, 2002; DEEGAN; RANKIN, 1996; CHO; PATTEN, 2007; DEEGAN; BLOMQUIST, 2006; O'DONOVAN, 2002; CORMIER; GORDON, 2001; WILMSHURST; FROST, 2000, GRAY et al 1995; CONCEIÇÃO et al, 2011), mesmo assim contribuem, de forma efetiva, com somas significativas de investimentos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste trabalho foi analisar os investimentos em ações socioambientais dos maiores bancos brasileiros, divulgados em seus respectivos BS e em seus relatórios de sustentabilidade (GRI), no período de 2007 a 2009, em relação ao valor adicionado, à ROL e ao LL dos bancos pesquisados.

Esse estudo foi realizado por meio de pesquisa descritiva, com procedimento documental e análise quantitativa. Sua contribuição consiste em demonstrar, por meio da análise sob diferentes perspectivas, que a forma de comunicar as informações pode alterar a impressão a respeito dos investimentos em responsabilidade socioambiental, melhorando a imagem da organização, além disso, indica que, em algumas situações, os números não representam, de fato, o que a sua divulgação aparenta, podendo levar a futuros estudos sobre as efetivas contribuições dos investimentos socioambientais realizados pelas instituições financeiras.

Por meio dessa análise, foi possível concluir que a principal fonte de informações socioambientais das instituições bancárias são os relatórios de sustentabilidade, o BS e os relatórios de responsabilidade social com base na metodologia GRI. Apesar de apresentarem um número elevado de informações, elas se encontravam dispersas, sendo, a maioria delas, de natureza não monetária e descritiva. Em alguns casos, não havia uniformidade de procedimentos na elaboração ou na forma de publicação. O BS modelo IBASE praticamente não é mais apresentado.

Os resultados apontam o aumento da ROL e do LL de todos os bancos, com exceção do Santander, mas todos diminuíram o lucro líquido em relação à ROL, exceção feita ao Banco do Brasil que aumentou significativamente. O VAL dos cinco maiores bancos brasileiros também apresentou aumento, sendo o maior, em todos os casos, o do governo. Por outro lado, quem teve a maior redução foram os colaboradores. Os acionistas só receberam elevação nos rendimentos em dois dos cinco bancos analisados. Já com relação aos ISI e ISE, os resultados foram variáveis; enquanto alguns bancos diminuíram os seus investimentos nesses itens, outros aumentaram. Os investimentos em IMA são os menores em relação ao LL. Na maioria dos casos, quando houve aumento do ISI, houve também aumento do LL.

Ao se compararem os ISI e sua relação com o LL, observou-se que, apesar de todos os bancos terem aumentado os seus ISI no período, apenas o Santander e o Bradesco aumentaram seus investimentos com relação à participação do LL. Com relação à participação dos ISE no LL, apenas o Banco do Brasil e o Bradesco aumentaram a participação. Porém, observa-se que o Banco do Brasil, apesar de ter aumentado os ISE em 112% no período, ao se relacionar com o LL, registrou um crescimento de apenas 5,8%. Os únicos aumentos no IMA foram no Bradesco que teve o mesmo crescimento com relação do LL e o Santander, em que esse tipo de investimento aumentou em 33,7% e, quando em relação ao LL teve um acréscimo de 36,6%.

Assim, pode-se afirmar que os bancos se concentraram em melhorar sua imagem, procurando legitimar-se, uma vez que se concentraram em demonstrar os valores investidos na área socioambiental, sem explicarem as reduções de investimentos. Em algumas situações, a forma de apresentação dos dados foi alterada, não se comparando com anos mais favoráveis. As instituições fizeram questão de atrair atenção para o aumento dos seus investimentos sociais, sem nunca fazer relação com seus lucros ou com o valor adicionado, resultado que poderia deixá-los em desvantagem, o que corrobora com o pressuposto de que as instituições

financeiras utilizam o relatório de sustentabilidade para tornar públicas suas ações socioambientais e para legitimar suas atividades, melhorando sua imagem perante o público externo, porém nem sempre divulgando essas informações de forma adequada e transparente.

É possível inferir que todas as instituições analisadas têm investimento em RSE e, mas a pergunta que fica para futuros estudos é se não poderiam contribuir mais já que têm lucros muito acima da média da maioria dos outros setores da economia.

As limitações deste estudo se deram em razão da forma de divulgação dos dados; a maioria deles foi coletada nos relatórios de sustentabilidade (GRI), que, apesar de fornecer um número elevado de informações, elas estão dispersas. O BS do IBASE é bem mais simples, porém apenas o Bradesco tinha de todos os anos analisados. É importante mencionar ainda que a CEF, por sua condição jurídica diferenciada, não tem obrigação de apresentar algumas informações, o que, em razão da forma de coleta de dados realizada, a documental, pode não ter registrado valores que, ao fazer um estudo de caso, seriam verificados. Outra questão importante e limitadora foi a união dos bancos: Santander/ABN-Amro Real e Itaú/Unibanco, que consolidaram os resultados, mas é preciso considerar que existiam estruturas e políticas estratégicas diferentes entre eles, e, portanto, a diminuição ou o aumento de investimentos, ou os resultados no ano seguinte, pode não ser a política desses bancos.

Para futuras pesquisas, recomendam-se estudos que continuem com investigações semelhantes em outros ramos de atividade e comparem resultados obtidos com outros setores da economia.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO, C. R.; NOHARA, J. J. **Monografia no curso de administração: guia completo de conteúdo e forma**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

AERTS, W.; CORMIER, D. Media legitimacy and corporate environmental communication. **Accounting, Organizations and Society**, v. 34, n.1 p. 1-27, jan. 2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **50 maiores bancos e o consolidado do Sistema Financeiro Nacional**. Disponível em- <<http://www4.bcb.gov.br/top50/port/ArquivoZip.asp>>. Acesso em: out. 2009.

BEUREN, I. M.; LONGARAY, A. A. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2003.

BRANCO, M. C.; RODRIGUES, L. M.; SOLURI, A. F.; Communication of corporate social responsibility by Portuguese Banks: a legitimacy theory perspective. **Corporate Communications: an International Journal**, v.11, n.3, p.232-248, 2006. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/journals.htm?articleid=1563569&show=html/>>. Acesso em: 15 abr. 2011.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Protocolo verde**. 1995. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=153&idConteudo=7411&idMenu=7504>>. Acesso em: 28 jun. 2009.

CARROL, A. B. 'A Three-Dimensional Conceptual Model of Corporate Performance', **The Academy of Management Review**, v.4, n.4, p. 497-505, out. 1979.

CENTRO LATINO-AMERICANO PARA COMPETITIVIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CLACDS). **Guia de Ecoeficiência para el Sector Financiero Latinoamericano**. 1999. Disponível em <<http://www.incae.edu/PT/clacds/nuestros-proyectos/archivo-royectos/proyectos-ambientales-sociales/ecoeficiencia/>>. Acesso em: 4 nov. 2008.

CHO, C. H; PATTEN, D. M. The role of environmental disclosures as tools of legitimacy: a research note. **Accounting, Organizations and Society**. v. 32, p. 639-647, jul./ago. 2007.

CONCEICAO, S. H. da et al. Fatores determinantes no *disclosure* em Responsabilidade Social Corporativa (RSC): um estudo qualitativo e quantitativo com empresas listadas na Bovespa. **Gestão & Produção**, São Carlos, v.18, n.3, p. 461-472, 2011 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-530X2011000300002&lang=pt>. Acesso em: 27 jun. 2011.

CORMIER, D.; GORDON, I. An examination of social and environmental reporting strategies **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, v. 14, n.5, p. 587-616, 2001.

COSTA FILHO, A. **Balanco Social dos Bancos: uma análise dos balanços sociais dos maiores bancos no Brasil referentes ao exercício do ano 2.000**. 2002. 152 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis. Universidade de Brasília, Brasília.

DEEGAN, C.; BLOMQUIST, C. Stakeholder influence on corporate reporting: an exploration of the interaction between wwf-Australia and the Australian minerals industry. **Accounting, Organizations and Society**, v. 31, p. 343-372, abr./mai. 2006

DEEGAN, C.; RANKIN, M. Do australian companies report environmental news objectively?: an analysis of environmental disclosures by firms prosecuted successfully by the environmental protection authority. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 9, n. 2, p. 50-67, 1996.

DEMAJOROVIC, J. **Sociedade de risco e responsabilidade socioambiental**. São Paulo: Senac, 2003.

DIAS FILHO, J. M.. A pesquisa qualitativa sob a perspectiva da teoria da legitimidade: uma alternativa para explicar e prever políticas de evidência contábil In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD - ENANPAD, 32, 2008, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.

DONALDSON, T. Definindo o valor de fazer bons negócios. **Jornal Valor Econômico**, Suplemento Governança Corporativa, 3a parte. Quinta-feira, 07 jul. 2005.

DOUGLAS, A.; DÓRIS, J.; JOHNSON, B. Corporate social reporting in Irish financial institutions , **The TQM Magazine** , v.16, n.6, p.387-395, 2004 Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/journals.htm?articleid=842127>./>. Acesso em: 15 abr. 2011.

FARIAS, K. T. R. **A relação entre divulgação ambiental, desempenho ambiental e desempenho econômico nas empresas brasileiras de capital aberto: uma pesquisa utilizando equações simultâneas.** 189 f. 2008. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

FREEMAN, R. E. 'The Politics of Stakeholder Theory: Some Future Directions', **Business Ethics Quarterly**, v. 4, n.4, p. 409-421, 1994.

FRIEDMAN, M. **The social responsibility of business is to increase its profits.** New York: Times Magazine, setembro, 1970.

GRAY, R.H. et al. Corporate Social and Environmental Reporting: a review of the literature and a longitudinal study of UK disclosure. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, v. 8, n. 2, p. 47-77, 1995.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI). **Diretrizes para relatórios de sustentabilidade.** Disponível em: <<http://www.globalreporting.org/ReportingFramework/G31Guidelines> >. Acesso em: 29 mar. 2011.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL (ETHOS). **Responsabilidade Social Empresarial: por que o guarda-chuva ficou pequeno?** 2010. Disponível em: <<http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/arquivo/0-A-888Publica%20a7%20a3o%20Alian%20a7a%20Capoava.pdf>>. Acesso em: 9 fev. 2011.

LEITE FILHO, G.A.; FIGUEIREDO, S.R. de. Relação entre o EVA® e os Investimentos em Responsabilidade Social Empresarial das Instituições Bancárias do Brasil, **Revista de Informação Contábil**, Recife, v. 3, n. 4, p. 22-43, out./dez.2009.

MARON, I. Y., 'Toward a Unified Theory of the CSP-CFP Link', **Journal of Business Ethics**, v. 67, n. 2, p. 191-2000, 2006.

MARTINS, E. Balanço Social: idéia que merece permanecer. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 18 set. 1997. Caderno A, p. 3.

MCWILLIAMS, A; SIEGEL, D. Corporate social responsibility: a theory of the firm perspective. **The Academy of Management Review**, v. 26, n. 1, p. 117-127, 2001.

MOURA, F. V.; DIAS FILHO, J. M.. Evidenciações de cunho social em seis bancos brasileiros – uma análise à luz da teoria institucinal In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD - ENANPAD, 33, 2009, São Paulo. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2009.

O'DONOVAN, G. Environmental disclosures in the annual report: extending the applicability and predictive power of legitimacy theory. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, v. 15, n. 3, p. 344-371, 2002.

OLIVEIRA, J. A. P. de. Uma avaliação dos Balanços Sociais das 500 maiores. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.4, n.1, p.1-19, jan./jul.2005 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v4n1/v4n1a02.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2009.

ORELLANO, V.I.F; QUIOTA, S. Análise do Retorno dos Investimentos Socioambientais das Empresas Brasileiras, **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 51, n. 5, p. 471-484, set./out. 2011

RIBEIRO, M. de S. **Contabilidade ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2006.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

SILVA, M. A. **Responsabilidade Social: estudo comparativo de duas instituições financeiras**. 15f. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SILVA, M. B. de; GRIGOLO, T. M. **Metodologia para iniciação científica à prática da pesquisa e da extensão II**. Caderno Pedagógico. Florianópolis: Udesc, 2002.

SOUZA, Salete Maria de. **Responsabilidade Social no Banco do Brasil S.A.: analisada a partir de seu Balanço Social**. 2009. 56 f. Monografia (Especialização em Gestão de Negócios Financeiros) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

TAIAROL, S. M. **Indicadores Sociais Internos e a Geração de Valor Adicionado: uma análise da relação do balanço social e da demonstração do valor adicionado em bancos brasileiros**. 2010. 23 f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.

VENTURA, E. C.F **Dinâmica de Institucionalização de Práticas Sociais: Estudo da Responsabilidade Social no Campo das Organizações Bancárias**. 2005 Tese (Doutorado em Administração). Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas/ Fundação Getulio Vargas- EBAPE/FGV, Rio de Janeiro.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

WAJNBERG, D.; LEMME, C. F. Exame da Divulgação do Relacionamento entre Iniciativas Socioambientais e Desempenho Financeiro Corporativo nos Bancos Brasileiros, **Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 53-69, jan./abr. 2009.

WILMSHURST, T.; FROST, G. Corporate environmental reporting: a test of legitimacy theory. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, v. 13, n. 1, p. 10-26, 2000.

WOOD, D. J. Corporate social performance revisited. **Academy of Management Review**, v. 16, p. 691-718, 1991.

WOOD, D. J. Measuring Corporate Social Performance: a review. **International Journal of Management Reviews**, v. 12, n.1, p. 50-84, mar. 2010.